

GABARITO 01
CADERNO DE QUESTÕES
CONSULTOR LEGISLATIVO
TARDE

ÁREA: EDUCAÇÃO E CULTURA

ATENÇÃO

Sr. candidato,

Verifique se o tipo de gabarito constante em seu cartão-resposta corresponde ao da etiqueta colada na carteira e ao do caderno de questões recebido. Esses números deverão ser idênticos. Qualquer divergência informar, imediatamente, ao fiscal de sala e solicitar a devida correção.

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Atualidades	01 a 10
Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	11 a 30
Específico da Área de Conhecimento	31 a 60

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no seu **CARTÃO-RESPOSTA**, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

As paixões ensinaram a razão aos homens.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha.
5. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do **CARTÃO-RESPOSTA**, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e sua assinatura na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, e disponibilizado, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

ATUALIDADES

01. “Não há o que lamentar. Não importa em que direção, o mundo se move. Homens e mulheres vão e vêm de todos os lados do planeta, movendo-se literalmente ou através de sua imaginação.

Vamos, então, desmascarar o paradoxo de uma vez. Tudo circula: música, slogans de propaganda, turistas, bits de informação, filiais de indústrias; e, ao mesmo tempo, tudo parece estar coagulado, parado no mesmo lugar, as diferenças entre as pessoas e o estado das coisas atenuando-se cada vez mais”.

[GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006, p. 293]

Para Guattari, o fato que explica este estado de coisas é que:

- (A) os imigrantes se agruparam em guetos
- (B) as diferenças se anularam na proibidade
- (C) os espaços se tornaram estandardizados
- (D) as culturas se mostraram refratárias à diferença

02. “As mudanças climáticas podem matar 80% dos 600 mil pinguins imperiais até 2100, segundo um estudo publicado esta semana na revista *Nature Climate Change*. A maior ameaça às aves vem de alterações na cobertura do gelo no Oceano Antártico, o que afetará a criação dos filhotes e a alimentação da espécie. O ritmo do declínio populacional vai variar de acordo com as colônias, mas todas serão afetadas até o final do século”.

[NA ANTÁRTICA - Clima pode dizimar 80% dos pinguins imperiais. In: *Jornal O GLOBO*. Sociedade, 01/07/2014, p. 28]

Segundo Wagner Costa, em “A Ordem Ambiental Internacional”, a preocupação com a preservação das espécies ameaçadas de extinção, como a citada no texto acima, é uma demonstração de consciência ambiental, respeito à pluralidade de manifestações da vida no planeta e deve estar associada à discussão do seguinte valor:

- (A) genético
- (B) comercial
- (C) extrativista
- (D) humanitário

03. “Mesmo após a aprovação do novo Código Civil, a aplicação dos avanços da Constituição de 1988 encontrava entraves no Código Penal, que datava de 1940. Neste, constava o qualificativo: *mulher honesta*, que definia, para as mulheres o direito de ser, ou não, protegida, em caso de abuso, estupro ou fraude de cunho sexual. As modificações desse código, ocorridas em 2005, acarretaram, entre outras coisas, a retirada desse qualificativo, que, por sua vez, significou mudanças na punição de diversos crimes. [...] Também acabou com o artigo que apenas considerava crime o rapto de *mulher honesta*”.

[PEDRO, Joana. Mulheres. In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto*: 1987 - 2007. São Paulo: Contexto, 2007. p. 174-175]

Nesse novo Código Civil, deixou de ser considerada crime a seguinte prática:

- (A) aborto
- (B) adultério
- (C) meretrício
- (D) sadismo

04. “Os islandeses insurgiram-se, tal como pessoas em outros países, contra um setor do capitalismo financeiro especulativo que destruiu os meios de sustento do povo. Mas sua indignação veio da percepção de que as instituições democráticas não representavam os interesses dos cidadãos porque a classe política se tornara uma casta autorreprodutora que favorecia os interesses da elite financeira, assim como a preservação de seu monopólio sobre o Estado”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 46]

O fato histórico a que o texto se refere é conhecido como:

- (A) Sexta-Feira da Determinação
- (B) Revolução das Painéis
- (C) Revolta Islâmica
- (D) Debate do Povo

05. A atual Constituição Federal do Brasil estabelece a saúde como um direito universal e um dever constitucional de todas as esferas de governo, sendo o conceito de saúde ampliado e vinculado às políticas sociais e econômicas.

[Adaptado de: PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz. Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006, p. 17]

Nesse contexto, a assistência é concebida de forma:

- (A) esporádica e sanitária
- (B) contínua e voluntária
- (C) preventiva e curativa
- (D) alternativa e clínica

06. “Quando a internet alastrou-se no mundo como um ambiente de comunicação confiável, ponto a ponto, bilateral e acessível até mesmo para indivíduos, a partir das suas residências, estabeleceu-se um ambiente global muito mais favorável às organizações em rede do que para as organizações verticais de comando, claro está, que, para sua viabilização, precisamos considerar a democratização do acesso à internet como peça-chave para que a população possa ter a possibilidade de organizar-se de modo horizontal”.

[PRETTO, Nelson, PINTO, Claudio C. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006, p. 20]

Segundo os autores, para que se garanta esse acesso horizontal, não apenas de forma individualizada nas residências, mas com soluções de uso coletivo, aberto a quaisquer pessoas, a seguinte medida é de fundamental importância:

- (A) ampliação do consumo de bens eletrônicos
- (B) expansão da rede de fibra ótica no país
- (C) privatização dos meios de comunicação
- (D) desenvolvimento de políticas públicas

07. “A Adbusters publica *post* no blog criando a *hashtag* #occupywallstreet e convoca um protesto para 17 de setembro, em que “20 mil pessoas inundaram o *Lower Manhattan*. Montaram barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocuparam *Wall Street* pelo prazo de alguns meses”, exigindo “democracia, não corporocracia”, e afirmando que, a partir de sua “única e simples demanda, uma comissão presidencial para separar o dinheiro da política”, iriam “começar a estabelecer a agenda para uma nova América”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 207]

A convocação inicial para esta ocupação teve como pretensão:

- (A) restaurar a democracia tornando o sistema político independente do poder do dinheiro
- (B) anular as medidas parlamentares de ajuda às instituições financeiras norte-americanas
- (C) impedir o *impeachment* do presidente Obama acusado de má gestão governamental
- (D) recuperar a credibilidade do conceito de *self-made man*, típica da cultura americana

08. O processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização possui algumas características como a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional.

[Adaptado de: DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec.2006, p.121]

Entre os fatores responsáveis pela viabilização desse processo em países de diferentes continentes, destaca-se a:

- (A) falência das empresas transnacionais
- (B) crise da produção agromanufatureira
- (C) instabilidade da economia mundial
- (D) queda das barreiras protecionistas

09. Entre os novos e distintos fatores que tornaram possível o sucesso das revoltas populares na Tunísia em 2011, por um período prolongado, iniciando o movimento das lutas populares por democracia no mundo muçulmano que ficou conhecido como “Primavera Árabe”, destacaram-se a:

- (A) telefonia e a rede Al Bayan
- (B) internet e a rede Al Jazeera
- (C) juventude e a rede Al-Ahram
- (D) minoria sunita e a rede Avanzi

10. “Na verdade, o hábito herdado de nosso passado colonial do uso privado da coisa pública enraizou-se de tal maneira no Estado e na sociedade brasileiros que a própria ideia clássica de cidadania ganhou entre nós um sentido próprio, marcado pela confusão quase generalizada entre o que é próprio do ambiente doméstico-familiar (amigos inclusos) e aquilo que é específico do Estado”.

[MONDAINI, Marco. Direitos Humanos, In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 82]

Esse tipo de cidadania, em que as relações de caráter privado se impõem sobre as de caráter público é denominada:

- (A) patrimonialista
- (B) genética
- (C) regulada
- (D) substantiva

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

11. No Capítulo que trata dos direitos fundamentais, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro dispõe expressamente que:
- (A) o município criará formas de incentivo específicos, nos termos da lei, às empresas que apresentem políticas e ações de valorização social da mulher
 - (B) o município assegurará, aos portadores de deficiência, a possibilidade de recebimento de suas contas em braille, com desconto de 20%
 - (C) o município buscará garantir a integridade da fauna, vedada a prática de meios cruéis que violem os direitos fundamentais dos animais
 - (D) o município buscará assegurar o recebimento de bengalas aos portadores de deficiência de baixa renda que necessitarem
12. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro veda expressamente ao Município:
- (A) criar ou manter, com recursos públicos, carteiras especiais de assistência social
 - (B) pagar mais de dois proventos de aposentadoria a ocupante de função ou cargo público
 - (C) alienar áreas e bens imóveis sem a aprovação da maioria dos membros da Câmara Municipal
 - (D) alienar bens imóveis sem a aprovação de 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal
13. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é da competência exclusiva da Câmara Municipal:
- (A) decidir sobre a perda de mandato de Vereador, pelo voto secreto de dois terços dos seus membros, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica
 - (B) fixar a remuneração dos vereadores em cada legislatura, para a subsequente, no primeiro período legislativo ordinário do último ano de cada legislatura
 - (C) representar ao Procurador-Geral de Justiça, mediante aprovação de um terço dos seus membros contra o Prefeito por crime ou ato de improbidade
 - (D) conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços à causa da humanidade, mediante decreto aprovado por dois terços dos membros
14. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Município reger-se-á por:
- (A) lei ordinária votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
 - (B) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
 - (C) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
 - (D) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
15. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que a Câmara Municipal:
- (A) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus servidores
 - (B) não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
 - (C) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
 - (D) não gastará mais de sessenta e cinco por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus servidores
16. Segundo as normas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, se o Presidente da República considerar o projeto de lei no todo ou em parte inconstitucional promoverá:
- (A) a sanção parcial, no prazo de 30 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 3 dias, ao Presidente do Senado Federal os motivos da sanção parcial
 - (B) o veto total, no prazo de 10 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 5 dias úteis, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos do veto
 - (C) o veto, total ou parcial, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto
 - (D) a sanção, total ou parcial, no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 24 horas, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos de eventual veto

17. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), o estágio probatório é:
- (A) o período de dois anos a contar da data da nomeação, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
 - (B) o período de três anos a contar da data da posse, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
 - (C) o período de três anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
 - (D) o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
18. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), à funcionária gestante será concedida, mediante inspeção médica:
- (A) licença de até 3 meses, sem prejuízo do cargo e do salário
 - (B) licença com vencimento integral, pelo prazo de seis meses
 - (C) licença de até 120 dias, sem prejuízo do cargo e do salário
 - (D) licença com vencimento integral, pelo prazo de cinco meses
19. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a pena de suspensão é cabível no caso de:
- (A) reincidência em falta já punida com repreensão
 - (B) desobediência ou falta de cumprimento de deveres
 - (C) reincidência de transgressão punível com advertência
 - (D) negligência, imprudência ou imperícia na atividade funcional
20. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), o orçamento anual poderá conter dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, sob a denominação:
- (A) reserva de contingência
 - (B) crédito extraordinário
 - (C) crédito estratégico
 - (D) reserva adicional
21. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), a realização da despesa compreende três fases denominadas:
- (A) arrecadação, execução e pagamento
 - (B) empenho, execução e pagamento
 - (C) empenho, liquidação e pagamento
 - (D) empenho, dotação e liquidação
22. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro sobre as comissões permanentes, é possível afirmar que:
- (A) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, três comissões permanentes, não podendo, todavia, pertencer a mais de cinco, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
 - (B) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de quatro, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
 - (C) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de duas, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
 - (D) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de três, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
23. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Comissão de Defesa da Mulher será ocupada:
- (A) prioritariamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
 - (B) exclusivamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
 - (C) prioritariamente por mulheres comuns vítimas de violência doméstica
 - (D) preferencialmente por mulheres com notável conhecimento de causa
24. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o processo simbólico de votação consiste na:
- (A) simples apuração dos votos favoráveis, contrários, em branco ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum especial de votação ou quando solicitada a verificação nominal de matérias de maioria simples
 - (B) simples apuração dos votos favoráveis, contrários ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum simples de votação ou quando solicitada a verificação nominal simbólica de matérias de maioria simples
 - (C) simples contagem de votos favoráveis e contrários, que será efetuada pelo Presidente, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado
 - (D) simples votação por arrastamento que será efetuada pelo vereador mais antigo, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado

25. De acordo com as disposições expressas da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida:
- (A) pela ação fiscalizadora sobre a administração e pelo controle do voto, dentre outros
 - (B) pela participação nas decisões do Município e pelas políticas públicas, dentre outros
 - (C) pela iniciativa popular, pelo plebiscito e referendo e pelas políticas públicas, dentre outros
 - (D) pelo voto direto e secreto com valor igual para todos e pelo sufrágio universal, dentre outros
26. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal tem sede no:
- (A) Palácio Marcelo Alencar
 - (B) Palácio Pedro Ernesto
 - (C) Palácio Guanabara
 - (D) Palácio Tiradentes
27. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que:
- (A) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos prefeitos
 - (B) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta por cento do subsídio dos prefeitos
 - (C) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos deputados estaduais
 - (D) em Municípios de mais de quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a sessenta e cinco por cento do subsídio dos deputados estaduais
28. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão prescreverá em:
- (A) dois anos
 - (B) três anos
 - (C) quatro anos
 - (D) cinco anos
29. A Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), no capítulo que trata dos contratos administrativos, estabelece expressamente que:
- (A) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação pelo período de doze meses, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
 - (B) os contratos poderão ter vigência indeterminada ou determinada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a noventa dias, salvo disposição contrária de lei
 - (C) os contratos poderão ter vigência indeterminada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a quarenta e cinco dias, salvo disposição contrária de lei
 - (D) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação por igual período, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
30. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, é possível afirmar que os projetos de lei de iniciativa da Câmara Municipal:
- (A) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria dos vereadores presentes
 - (B) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, de três quintos dos vereadores
 - (C) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores
 - (D) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores

ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO E CULTURA

31. Paulo Freire (1996), ao defender que não há docência sem discência, pontua algumas questões que são vitais para o pensamento educacional e pedagógico brasileiro, utilizando conceitos que o distinguem como educador ao dar sentido ao saber daquele que nem sempre sabe que sabe. Criticidade é um desses conceitos que surge da:
- (A) curiosidade epistemológica
 - (B) superação dogmática
 - (C) ruptura metodológica
 - (D) curiosidade ingênua
32. A Presidência do CME/RJ é exercida pelo Secretário Municipal de Educação, de acordo com a Resolução SME nº 1.177, de 12 de janeiro de 2012. Na ausência do presidente e do vice-presidente, essa função será exercida, em sequência imediata, pelo:
- (A) Presidente da Câmara de Políticas Educacionais e de Educação Fundamental
 - (B) Presidente da Câmara de Educação Infantil e Ensino Fundamental
 - (C) Presidente da Câmara de Educação e Políticas Integradas
 - (D) Presidente da Câmara de Políticas Sociais e Educacionais
33. Pela Resolução SME Nº 1.177, de 12 de janeiro de 2012, na Seção II, Art.45, a Secretaria do CME/RJ providenciará a publicação das matérias aprovadas pelo Colegiado, nos termos do Art. 15º do Decreto nº 16.597/98, referentes àquelas situações que independam de homologação da SME, observando o seguinte prazo:
- (A) em até 30 (trinta) dias
 - (B) em até 15 (quinze) dias
 - (C) em até 45 (quarenta e cinco) dias
 - (D) imediatamente após sua aprovação
34. O Parecer que esclarece dúvidas sobre a Lei nº 9.394/96 (em complemento ao Parecer CEB nº 05/97), dentre os abaixo mencionados, é o:
- (A) Parecer CNE/CEB nº 1/2012 – Aprovado em 25 de janeiro
 - (B) Parecer CNE Nº 16/99 – CEB – Aprovado em 5 de outubro
 - (C) Parecer CNE Nº 12/97 – CEB – Aprovado em 8 de outubro
 - (D) Parecer CNE/CEB Nº 10/2004 – Aprovado em 10 de março
35. Na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, no Título VI, relativo às políticas municipais, o art. 261 dispõe sobre:
- (A) desenvolvimento territorial e urbano
 - (B) condições adequadas de utilização do meio ambiente
 - (C) elevação do nível de renda e do bem-estar de sua população
 - (D) estabelecimento de diretrizes e bases do desenvolvimento econômico equilibrado
36. No Capítulo IV – do Desenvolvimento Social, Seção II – da Educação, Subseção I – dos Princípios Gerais da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o artigo 320 dispõe sobre:
- (A) liberdade de aprender e de ensinar
 - (B) pluralismo de ideias e princípios ideológicos
 - (C) liberdade de condições e de acesso à escola
 - (D) formação básica e orientação para o trabalho
37. A escola, vista como um sistema social, compõe-se de um conjunto de funções e papéis, como propõe Lück (2008), estando sujeita a situações de conflito. Portanto, segundo a autora citada, a eficácia da escola está centrada na:
- (A) ação administrativa
 - (B) metodologia adotada
 - (C) relação professor/aluno
 - (D) tecnologia desenvolvida
38. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as questões sociais relevantes são problematizadas, analisadas e incorporadas como temas transversais, compreendendo:
- (A) ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural
 - (B) conteúdos didáticos, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural e ética
 - (C) relações sociais, profissionalização, meio ambiente, saúde e orientação sexual
 - (D) pluralidade cultural, educação sexual, relações interpessoais, meio ambiente e ética
39. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o conjunto de atuações que têm a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica denomina-se:
- (A) prática pedagógica
 - (B) direção escolar
 - (C) supervisão
 - (D) avaliação
40. Segundo Santos e Paulino (2006), na escola atual, levando em conta a educação inclusiva, para determinar quais as necessidades que devem ser satisfeitas na relação aluno/professor, deve-se em primeiro lugar:
- (A) analisar ideias e crenças sobre o processo educativo
 - (B) estudar o problema sobre vários ângulos e perspectivas
 - (C) aplicar técnicas e métodos para aferir soluções possíveis
 - (D) estabelecer a ligação problema/processo para obter a solução

41. As novas tendências na educação, consequência do crescimento econômico e tecnológico, e as novas exigências do mundo do trabalho, levam a uma crescente incerteza sobre a formação educacional. Segundo Delors (2005), essa formação deve conciliar dois aspectos:
- (A) aquisição do primeiro emprego e qualificação técnica
 - (B) adaptação aos empregos atuais e aos do futuro
 - (C) formação geral e capacidades específicas
 - (D) expansão do mercado e crises vivenciais
42. No sistema educacional, os custos de capital que dizem respeito ao que se deixa de ganhar ou economizar, denominam-se custos de:
- (A) administração
 - (B) oportunidade
 - (C) manutenção
 - (D) depreciação
43. No Planejamento Educativo, no plano global de médio prazo, o estágio que diz respeito à realidade global existente, corresponde ao marco:
- (A) instrumental
 - (B) operacional
 - (C) situacional
 - (D) doutrinal
44. Três objetivos servem de base para a construção de uma educação pública de qualidade. Aquele que prevê as condições básicas para inserir o aluno de forma competente e autoconsciente na vida social é o objetivo de:
- (A) preparação para a sociedade técnico-informacional
 - (B) formação ética diante do mundo contemporâneo
 - (C) formação para a cidadania crítica e participativa
 - (D) transmissão de saberes e habilidades básicas
45. A resistência à descentralização do poder na gestão escolar gera dificuldades básicas para a implementação da gestão democrática. Em nível pedagógico, a descentralização é vista como uma ameaça à autonomia da escola, pois pode ocasionar:
- (A) privatização dos recursos e do ensino público
 - (B) exigências burocráticas da legislação pertinente
 - (C) delegação de competências à comunidade externa
 - (D) esfacelamento do planejamento e unidade curricular

Considerar as ideias expressas no livro *Negritude sem etnicidade*, de Livio Sansone, para responder às questões 46 e 47.

46. Para a maioria da população afro-brasileira, a ascensão social depende primordialmente:
- (A) da cor
 - (B) do *status*
 - (C) do preconceito
 - (D) da educação
47. “Não existem raças verdadeiras, mas apenas a raça humana”. Essa frase, de evidente conteúdo moral, contrapõe-se ao conceito de “raça” disseminado pelos meios de comunicação. Tendo em vista esse contexto, o termo **racialização** indica:
- (A) cor e etnia como conceitos não intercambiáveis e complementares
 - (B) uma das muitas maneiras de expressar e vivenciar a etnicidade
 - (C) desconstrução do significado da negritude e da branquidade
 - (D) formas de nacionalismo levando a graus de homogeneidade
48. Legislar sobre a proteção ao patrimônio histórico, artístico, turístico e paisagístico é competência das seguintes instâncias:
- (A) Estados, Distrito Federal e Municípios
 - (B) União, Distrito Federal e Municípios
 - (C) União, Estados e Distrito Federal
 - (D) União, Estados e Municípios
49. O decreto nº 23162, de 21 de julho de 2003, cria quatro livros de registro de bens imateriais. A Banda de Ipanema foi a primeira manifestação cultural inscrita pelo município, e o ofício dos fotógrafos Lambe-Lambe, tradicional no Méier e em outros bairros do Rio, a segunda. No entanto, este último foi a primeira referência inscrita no:
- (A) Livro de Registro dos Saberes
 - (B) Livro de Registro dos Lugares
 - (C) Livro de Registro das Formas de Expressão
 - (D) Livro de Registro das Atividades e Celebrações
50. Por meio do Decreto nº 35879, de 5 de julho de 2012, foi definida a comemoração do Dia do Rio Patrimônio da Humanidade, na data de:
- (A) 1º de julho
 - (B) 04 de agosto
 - (C) 21 de setembro
 - (D) 20 de novembro

51. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o Município deverá manter o quadro permanente de animadores culturais. A função da animação cultural compreende o desenvolvimento de trabalhos culturais que devem ser:
- (A) específicos do agente de apoio escolar
 - (B) referentes a um grupo minoritário
 - (C) voltados à inclusão social
 - (D) ligados à comunidade
52. Com as obras que precederam a Copa de 2014 e a reurbanização da Zona Portuária, vieram à tona sítios arqueológicos urbanos de grande valia para a cidade do Rio de Janeiro. Segundo a Lei 3.924, de 26 de julho de 1961, são reconhecidos como monumentos arqueológicos ou pré-históricos:
- (A) testemunhos de culturas europeias no Brasil como sambaquis, lapas, grutas e vestígios sobre rochas
 - (B) objetos rupestres, de origem contemporânea, encontrados em grutas, lapas e escavações diversas
 - (C) jazidas que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil e sítios com sinais positivos de ocupação por esses habitantes
 - (D) sítios identificados como quilombos, cemitérios, locais de pouso ou terrenos ocupados por afrodescendentes sem resquício de tortura ou escravidão
53. A "Missão de Pesquisas Folclóricas", que registrou manifestações culturais do Norte e Nordeste, foi idealizada por:
- (A) Rodrigo de Mello Franco
 - (B) Mário de Andrade
 - (C) Câmara Cascudo
 - (D) Sílvio Romero

Considerar as ideias expressas no livro "O homem: uma introdução antropológica", de Ralph Linton, para responder às questões de números 54 e 55.

54. Segundo o autor, a herança social, a cultura, tem dupla função:
- (A) adaptar o indivíduo ao seu lugar na sociedade e no seu ambiente natural
 - (B) lutar pela existência e o bem-estar grupal
 - (C) atender à inquietude do espírito humano e adaptá-lo às contingências do meio
 - (D) desenvolver a linguagem e estruturar o comportamento

55. A transformação de um agregado casual em sociedade depende de dois processos fundamentais, denominados:
- (A) acomodação e organização do comportamento e sentimento de unidade grupal
 - (B) adestramento para o trabalho de construção e disponibilidade pessoal
 - (C) divisão de atividades e combinação de atitudes dos envolvidos
 - (D) espírito de cooperação e de altruísmo e desempenho no fazer
56. O *status* de um indivíduo representa a posição dele em relação à sociedade total. Portanto, as atribuições de *status* são quase inteiramente determinadas:
- (A) pela herança social
 - (B) pelas instituições
 - (C) pelos grupos
 - (D) pela cultura
57. A visão antropológica sobre os direitos da terra baseia-se, segundo Marconi (2011), em duas razões, a saber:
- (A) ocupação e sentido de comuna
 - (B) sedentarismo e aldeamento
 - (C) acomodação e vizinhança
 - (D) economia e mística
58. Entre os principais tipos de apresentações didáticas organizadas por pedagogos em museus, encontra-se a introdução documental destinada a:
- (A) assinalar os objetivos de uma exposição e as grandes linhas do assunto a ser tratado
 - (B) complementar informações em salas de mostras temporárias do museu ou fora dele
 - (C) utilizar estratégias de mercado e de sensibilização de opinião do grande público
 - (D) organizar explicações destinadas a organizações locais com guias impressos
59. O processo de concepção, organização e montagem da exposição pública, incluindo os passos necessários à exposição de um acervo, denomina-se:
- (A) inventário
 - (B) curadoria
 - (C) musealização
 - (D) classificação
60. Conforme a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, caberá ao Poder Executivo a adoção de medidas de ampliação e fortalecimento da proteção da Paisagem Carioca em novas áreas da Cidade como a:
- (A) valorização do Parque do Flamengo, no Centro da Cidade
 - (B) conservação do Parque de Sepetiba, na Zona Oeste do Rio
 - (C) ampliação da Floresta da Tijuca, em áreas semipreservadas
 - (D) criação do Parque Fazenda da Baronesa no Bairro da Taquara